**EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SUMARÉ**

É com grande clamor que apresentamos a essa egrégia Casa de Leis a presente **MOÇÃO DE APELO** ao **CONGRESSO NACIONAL**, representado pelo seu atual presidente, **SENADOR RODRIGO OTAVIO SOARES PACHECO**, para que avalie, em caráter de urgência, a possibilidade de criar uma lei no sentido de desestimular e coibir a prática usada por instituições financeiras de conceder empréstimos consignados a aposentados.

O abuso ocorre quando, sem autorizações ou por meio de excessiva insistência, as instituições financeiras acabam prorrogando ou até mesmo realizando novos empréstimos, por vezes sem consentimento. Para os que não sabem, o crédito consignado é aquele tipo de empréstimo que você solicita e passa a ter o valor das parcelas cobrado direto na folha de pagamento, ou seja, o desconto é feito diretamente no salário ou na aposentadoria.

Os principais “alvos” dos grandes bancos são pessoas aposentadas e com pouca escolaridade, pois estas tendem a aceitar mais facilmente o empréstimo, muitas vezes por quererem quitar alguma dívida, outras vezes por não conhecerem as cláusulas abusivas do contrato, ou até mesmo por conta da insistência do banco em ficar ligando todos os dias oferecendo o serviço, que acaba aceitando para evitar que as ligações continuem sendo efetuadas.

Sabendo dessa facilidade de crédito, é preciso ter muita cautela, pois as reclamações envolvendo crédito consignado em municípios da região metropolitana, por exemplo, aumentaram 131% neste ano em comparação ao mesmo período de 2020. Segundo um levantamento realizado pelo Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon), de janeiro a setembro de 2021 foram registradas 458 queixas, mais que o dobro das 198 denúncias que o órgão recebeu nos primeiros nove meses do ano passado, informações obtidas por meios de comunicação oficial.

Um dos principais problemas apontados pelos consumidores que procuram o serviço de apoio é a falta de consulta e autorização para a efetivação dos empréstimos.

De acordo com uma pesquisa feita pelo Banco Central (BC), o empréstimo consignado se tornou o serviço financeiro com a maior quantidade de queixas no Brasil. Apenas no primeiro trimestre deste ano, 25% dos registros contra bancos e financeiras estavam relacionados à oferta de crédito consignado de maneira abusiva. Ou seja, das 26,7 mil denúncias, 6.798 envolviam empréstimos.

Devido aos impactos econômicos gerados pela pandemia, o percentual de brasileiros com dívidas voltou a aumentar neste ano, chegando a 71,4% da população, segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Diante do exposto, requeremos, na forma regimental, e depois de ouvido o Plenário, que conste na ata dos trabalhos a referida **MOÇÃO DE APELO** ao **CONGRESSO NACIONAL**, representado pelo seu atual presidente, **SENADOR RODRIGO OTAVIO SOARES PACHECO**, para que avalie em caráter de urgência, a possibilidade de criar uma lei no sentido de desestimular e coibir a prática usada por instituições financeiras de conceder empréstimos consignados a aposentados sem autorização ou por meio de excessiva insistência.

Sala das Sessões, 18 de outubro de 2021.

